

O futuro da União Européia

Paulo Gadelha
Desembargador Federal do
TRF da 5ª Região

Estranho, sem dúvida, o voto da maioria francesa negando apoio ao texto de 450 páginas da Constituição Européia.

Analistas e estudiosos do assunto se dividem na interpretação do plebiscito realizado no último domingo de maio.

No ápice da controvérsia, o clássico ranço entre França e Inglaterra, no que concerne ao espírito, ao programa e à destinação da Lei Maior da União Européia.

Na Inglaterra, por exemplo, o desenho constitucional é visto como “social demais”, ou seja tem a cara de Paris.

Na França, por seu turno, o arquétipo da Carta Magna teria uma silhueta “bastante liberal”, mostrando a face excessivamente britânica de sua formatação.

A Lei Fundamental da União Européia é uma ata social com 488 artigos, buscando a consolidação de uma Europa sem fronteiras.

A posição do povo francês, rejeitando, em consulta popular, a Carta Constitucional do Bloco, acompanhada pela Holanda, tumultua o futuro da Grande Comunidade.

No caso da França, não se questiona, de que houve um voto contra a orientação do Presidente Jacques Chirac, forçando o governo a afastar o Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin, para muitos, o mais impopular líder da escola política de Paris.

E, por quê?

Por inúmeras razões. Entre elas, com certeza, um repúdio das alas políticas aliadas a Jean-Marie Le Pen e Philippe de Villiers, da extrema direita, que não aceitaram uma Lei Magna feita à imagem e semelhança do ex-primeiro-ministro francês Valéry Giscard d’Estaing.

Na outra ponta da contestação, o grupo de esquerda gaulês, sob o comando de Laurent Fabius, o acreditado teórico do Partido Socialista que, inquestionavelmente, votou pelo “não”, arrimando-se em premissas ideológicas, políticas e econômicas, como por exemplo, o temor de uma possível queda de privatização, protesto contra a política econômica do governo Chirac, e, inegavelmente, rejeição à integração da Turquia à União Européia, nação mulçumana, sem olvidar, é óbvio, o receio de que a aprovação do plebiscito agravaria o desemprego, já no patamar de 10%.

É difícil, realmente, o momento vivido pelos 25 países que formam o grande bloco político e econômico do Velho Mundo.

Em xeque, pois, o seu futuro.

Entendo, porém, como modesto estudioso do cenário internacional, que o sonho de Monnet não morreu. A Europa pode e deve ser uma só nação.

Há alternativas que podem e devem salvar o seu amanhã.

Em termos de estrutura técnico-constitucional, a União Européia seria disciplinada pelo Tratado de Nice, em vigor desde 2000. Outra saída seria a adoção parcial da Carta pelos países que já a ratificaram, sem esquecer a instrumentalização de um procedimento, um tanto quanto complexo, constante do próprio Projeto de Constituição, admitindo que, se ela, A Lei Máxima da União Européia não for aprovada por 20 Estados até o dia 29 de outubro de 2006, e outros Estados tiverem dificuldades na solução do impasse, a questão será decidida pelos Chefes de Estado num conselho europeu.

Von Ihering, faz tempo, ensinava que o Direito não é uma teoria, mas uma realidade social viva.

Como a União Européia.